GRAU DE ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES NA GESTÃO DOS 2.75%, EM MONTEPUEZ.

CABO DELGADO

Associação Nacional de Extensão Rural
AENA

ENDEREÇOS

Rua dos Continuadores, nº 723 | Caixa Postal nº 653

+258 26 21 79 39 *aena@aena-mz.org*

AENA engajada na construção duma cidadania activa em Namanhumbir

Capacitar comunidades para dominarem seus direitos

Seis Comités de Gestão dos Recursos Naturais (CGRN) em igual número de aldeias, no Posto Administrativo Namanhumbir, distrito de Montepuez, província de Cabo Delgado, foram revitalizados e dotados de capacidades técnicas para a monitoria dos 2.75%, uma percentagem das receitas geradas da extracção mineira.

Trata-se duma iniciativa desenvolvida pela Associação Nacional de Extensão Rural (AENA), uma organização nacional vocacionada ao desenvolvimento rural, com o objectivo de contribuir na melhoria do nível de vida das comunidades rurais, incentivando iniciativas locais e promovendo a gestão e governação sustentável dos recursos naturais nas comunidades rurais.

Sublinhar que os artigos 19 e 11, das leis nº 11/2007 e 12/2007, ambas de 27 de junho, que actualizam a legislação tributária, especialmente a relativa à actividade mineira e petrolífera conjugado com o artigo 20 da lei de Minas e o artigo 48 da lei de Petroleos, aprovado pelas leis nº 20/2014 e 21/2014, ambas de18 de Agosto, estabelecem que uma percentagem das receitas geradas na extração mineira e petrolífera seja canalizada para o desenvolvimento das comunidades das áreas onde se localizam os respectivos projectos mineiros e petrolíferos, devendo a percentagem ser fixada no Orçamento do Estado, em função das receitas previstas e relativas actividades mineira e petrolifera.

Desde 2013, com a Lei nº 1/2013, de 7 de Janeiro, que aprovou o Orcamento do Estado de 2013, as leis orçamentais de cada ano, veêm estabelecendo a percentagem de 2.75% sobre o imposto de produção, para o desenvolvimento das comunidades. A Lei determina que os recursos devem ser alocados a projectos prioritários visando promover o desenvolvimento sócio-económico das comunidades e a ser identificados por estas, sob coordenação dos respectivos Conselhos Consultivos.

São elegíveis projectos visando a construção de infra-estruturas sócio-económicas como educação, saúde, agricultura, silvicultura, serviços básicos, estradas e pontes de interesse local, sistemas de abastecimento de água e saneamento.

A legislação em alusão, foi depois cimentada pelo, o artigo 20 da Lei nº 20/2014, também conhecida por Lei de Minas, que estabelece que uma percentagem das receitas geradas para o Estado pela extracção mineira deve ser canalizada para o desenvolvimento das comunidades das áreas onde se localizam os respectivos empreendimentos mineiros. Essa percentagem é fixada na Lei do Orçamento do Estado, em função das receitas previstas e relativas a actividade mineira, devendo ser a receita canalizada através da receita anual.

A Secretaria Distrital é o órgão responsável pela gestão e boa aplicação dos recursos.

É nesta orientação que a AENA tem se engajado desde 2017 no Posto Administrativo de Namanhumbir, uma região onde a companhia Montepuez Ruby Mining explora o minério de ruby.

O Posto Administrativo de Namanhumbir tem 39.749 habitantes, divididos em duas localidades, 20 aldeias e quatro aglomerados. Trata-se duma região que tem como base de substância das comunidades a agricultura.

Contudo, com o início da exploração mineira, a população ficou sem terra para o desenvolvimento da actividade agrícola. Todas áreas que tinham machambas foram concessionadas à companhia mineira, e o Governo não indicou outras áreas para agricultura.

Sem terra para agricultura e pastagem, sem emprego na companhia mineira, a população de Namanhumbir vive numa situação de extrema pobreza. Chora por tudo, desde a falta de infra-estruturas básicas até de comida para sua alimentação diária.

A Montepuez Ruby Mining, empresa que explora recursos minerais naquela região já está a produzir receitas e consequentemente paga impostos ao Governo. Desde 2016 que parte 2.75% dessas receitas são devolvidas a Namanhumbir para o desenvolvimento comunitário, mas a realidade prática não mostra sinais da evolução e a população continua a se queixar de todo tipo de privações.

Membro do Conselho de Gestão dos Recursos Naturais de Namanhumbir-sede.

Faustino Vicente Trigo

"A descoberta das minas de ruby, aqui em Namanhumbir, veio piorar a nossa vida. Ficámos sem machambas, não temos emprego, hospitais, estradas e muito menos escolas de formação profissional. Temos informações de que a Montepuez Ruby Mining (MRM) canaliza parte das receitas de ruby ao Governo para melhorar a vida dos residentes da zona, mas pouco se faz", foi nesses termos que, Faustino Vicente Tiago, residente de Namanhumbir e membro do CGRN, resumiu a penúria que a esmagadora maioria da população da zona vive.

Conta Faustino Tiago que, antes da actividade mineira ganhar expressão, a população vivia muito bem porque, produzia comida nas machambas, criava animais de grande e pequeno porte.

Hoje, já não se fala de agricultura e da pastagem porque, todos campos foram concessionados à mineradora e a população ficou sem terra para agricultura.

Conta Tiago que em Namanhumbir há muita população jovem, mas não consegue aceder aos postos empregos nas mineradoras. As poucas vagas disponíveis são acedidas mediante subornos.

A venda de vagas de emprego é, supostamente, incentivada pelas lideranças comunitárias, encarregues de coordenador o processo de recrutamento da mão-de-obra local.

Sobre os 2.75% das receitas resultantes da exploração mineira, Faustino Tiago referiu que passou a ter conhecimento do fundo, depois de uma capacitação levado a cabo pelos técnicos da AENA. Foi a partir dessa altura que a comunidade começou a questionar o Governo sobre a verba e, este confirmou a existência da mesma, mas as realizações práticas não são visíveis.

"O Governo do distrito tem realizado reuniões onde fala dos valores pagos pela empresa que explora o ruby. Nessas reuniões mandam-nos arrolar a lista de prioridades, mas depois fazem tudo ao contrário. A população escolhe um hospital e eles fazem outra coisa. Quando reclamamos ameaçam-nos e dizem que vão desviar o projecto para outras aldeias", lamentou Arnaldo Santos, membro do CGRN de Namanhumbir.

Contou que o seu CGRN foi criado em 2010 e é composto por 36 membros. Com assistência da AENA, os integrantes do Comité beneficiaram-se de acções de formação em matéria de legislação mineira. Os membros do CGRN foram capacitados no sentido de fazer réplicas aos restantes membros da comunidade.

Sublinha que no local onde estão implantadas as minas haviam machambas da população. Quando a empresa chegou, o Governo chamou a população e disse para ceder o espaço. Em troca teriam indemnizações para além de serem cedidos novas terras para agricultura.

Refere que passam quase 10 anos e até hoje, a população não tem onde fazer machambas. As indemnizações variaram entre 9 a 12 mil meticais dependendo da área. Foi um valor irrisório para aquilo que representava uma machamba para cada uma das famílias de Namanhumbir.

Reconhece que os 2.75% são canalizados ao Estado mas, na hora de devolução às comunidades há muita falta de transparência. O Governo só nos diz que vai construir escola ou abrir furo de água, mas não nos fala do custo da escola ou do furo de água a fim de fazermos a monitoria.

Cacilda Baptista

Cacilda Baptista, residente de Namanhumbir, também lamenta a usurpação de terras que eram destinadas a produção agrícola.

Recordou que nunca ouve problemas de fome na sua região, mas desde que a população ficou sem terra para agricultura, a situação da fome tornou-se preocupante.

Referiu que não há sinais de mudança e apontou o estado das estradas como exemplo. "Aqui em Namanhumbir quando chove, as vias ficam intransitáveis devido a lama. No período seco libertam poeira, poluem e provocam doenças. As riquezas da nossa zona colidem com a penúria a que estamos votados", lamentou.

O presidente da CGRN de Nanhupo, Alfredo Emiliano, contou que a com as intervenções de organizações como AENA, a sua comunidade passou a ter conhecimento sobre a legislação mineira e consequentemente o domínio dos seus direitos. Contudo, no dia-a-dia, a população sente que não está a ter a devida atenção da parte das autoridades governamentais.

Conta por exemplo que, em 2017 e 2018 o Governo forneceu mudas de cajueiro para o fomento da cultura. Contudo, em vez de oferecer as comunidades vendeu as plantas a preços que variavam de 10 a cinco meticais cada.

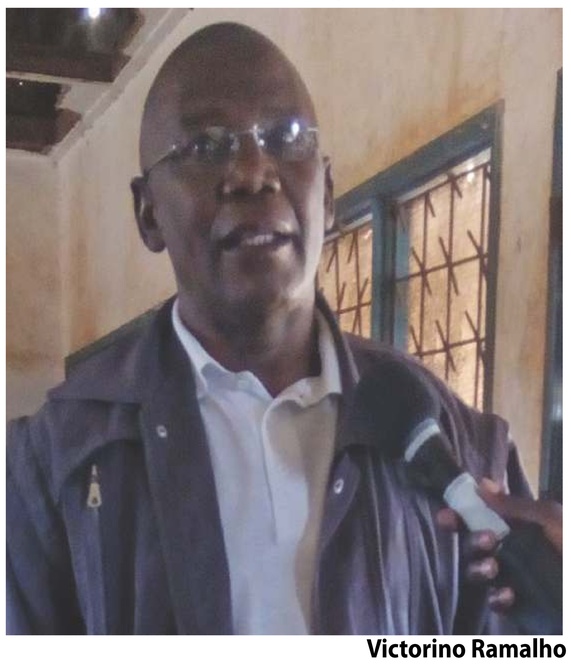
Tempos depois, a população soube que era para receber gratuitamente. "Questionamos o Governo e justificou-se a sua maneira. Porém, para este ano, o Governo diz que vão nos fornecer mudas a título gratuito. Isso mostra que há tantas outras benesses que temos no quadro da Lei de Minas, mas que o Governo está a nos negar".

GRAU DE ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES NA GESTÃO DOS 2.75%

MONTEPUEZ - CABO DELGADO

Cristina Rafique

Cristina Rafique é também residente da aldeia de Nanhupo. Ao SAVANA apontou, como exemplo flagrante de que as prioridades definidas pelas comunidades não são levadas em conta pelo Governo, o novo mercado local.
Explicou que nas reuniões de consulta, a população pediu que o mercado fosse erguido num certo ponto, mas o Governo ignorou o pedido da população e foi instalar o empreendimento noutro local. O resultado é que desde 2018 que o mercado não está ser ocupado pela população por estar distante da zona de concentração populacional.
A fonte lamenta a perda de machambas, falta de emprego e diz que a unidade sanitária construída até então não é suficiente para responder a demanda, para além de que, o pessoal médico também é insuficiente.
"No âmbito dos 2.75% foi construído um hospital, mas as aldeias são tantas. Aqui em Namanhumbir tempos problemas de malária e um hospital não resolve as nossas preocupações. Pedimos o alargamento da rede sanitária, mas até ao momento ainda não logramos sucessos. O Governo diz que o dinheiro dos 2.75% não é suficiente para satisfazer tantas solicitações", queixou-se.



Victorino Ramalho

No entanto, Vitorino Ramalho, líder comunitário e chefe do Conselho Consultivo de Namanhumbir-sede, desdramatiza as queixas e esclareceu que o Governo distrital, quando recebe o cabimento orçamental referente aos 2.75%, tem o cuidado de convidar os membros do Conselho Consultivo que também integram os representantes do CGRN para a divulgação da informação.
Depois convida os representantes das aldeias para apresentar proposta das necessidades das suas populações.
Sucede que, a população ainda tem muitas carências e os pedidos são vários e como o dinheiro não é suficiente, o Governo faz o levantamento das solicitações e vai sincronizar de acordo com a disponibilidade financeira.
Depois volta as comunidades, através dos seus representantes que são os membros de CGRN, e apresenta novamente as propostas. Debate-se e se alcança meio-termo.
Ramalho explicou que ao nível dos Conselhos Consultivos tudo é feito no sentido de assegurar os interesses das comunidades. Porém, muitas vezes, os membros dos CGRN quando voltam as aldeias não comunicam as decisões tomadas ou se fazem é de forma deturpada. Isso é que está a gerar confusão.
Outra situação preocupante, continua, é que as pessoas não comparecem as reuniões públicas onde são explicados esses pormenores e, como consequência obtêm informações incorrectas.
"Por exemplo, para este ano, o valor disponível é de 22.9 milhões de meticais e a prioridade vai para a colocação de três PTs, o que permitirá a electrificação das aldeias de Chimoio, Nacimoja e Nanune. Serão construídas seis salas de aulas em Nsembia e Namomba", exemplificou.
Explicou que através do valor resultante dos 2.75% será erguida uma ponteca em Mpene e dois Aquedutos no Posto Administrativo de Namanhumbir para além da aquisição e distribuição de 15 mil mudas de cajueiro para a localidade de Namanhumbir-sede.
De acordo com Vitorino Ramalho estas prioridades foram definidas pelas comunidades.
O líder comunitário de Namanhumbir-sede sublinhou que com o apoio das OSC, incluindo a AENA, foram criados e formadas brigadas em todas aldeias que têm a missão de explicar os restantes membros das comunidades sobre o significado dos 2.75% e o papel da população na monitoria dos fundos.
Disse que a questão das machambas não tem sido discutida ao nível dos Conselhos Consultivos por ser um problema antigo e do domínio do Governo do distrito, que para tal criou uma comissão para trabalhar no assunto.

Ermelindo Augusto
Secretário Permanente do Distrito de Montepuez

"Estamos no processo de aprendizagem"

A recepção dos dividendos provenientes dos 2.75% das receitas que o Estado ganha pela exploração dos recursos minerais na zona de Namanhumbir começou em 2016.
Nesse ano, o Governo do distrito de Montepuez recebeu 6.128 mil meticais. No ano seguinte, o valor manteve e, em 2018 subiu para 12.509 mil meticais. Para este ano serão disponibilizados 22.9 milhões de meticais.
Segundo Ermelindo João Augusto, Secretário Permanente do distrito de Montepuez, o fundo é investido na abertura de furos de água, construção de escolas, unidades sanitárias, pontecas, melhoramento das vias de acesso, mercados, electrificação das aldeias e na aquisição de sementes.
Referiu que as comunidades, através dos Conselhos Consultivos, é que determinam as prioridades e, tendo em conta o cabimento orçamental, o governo executa sob monitoria das próprias comunidades.
Revelou que foram construídas 10 salas de aulas e equipadas por 250 carteiras duplas, o que permitiu que cerca de mil alunos da primeira a sétima classe deixasse de estudar debaixo das árvores ou em salas precárias.
Na mesma empreitada, foram abertas e reparadas 24 furos de água, o que permitiu que cerca de 7500 pessoas tivessem acesso a água potável.
"Quem está longe pode levar as coisas de forma leviana. Mas nós que estamos no terreno e conhecemos os problemas da nossa população sentimos que há mudanças. Algumas coisas estão a melhorar. Há cinco anos ninguém esperava que muitas aldeias daqui do Posto Administrativo estivessem ligadas a rede nacional, que os seus filhos estudassem em salas convencionais e equipadas com carteiras. Os hospitais e a água estão mais perto das comunidades, o que antes era impensável. Isso é desenvolvimento e fruto dos 2.75", disse o governante.
Sobre as queixas da população, segundo as quais, as autoridades estão a vender as mudas de cajueiros bem como sementes de milho, o SP referiu que o seu executivo nunca vendeu bens ou produtos adquiridos pelo dinheiro das receitas de 2.75%. O que aconteceu é que o Governo tem no seu pacote vários programas, dos quais consta os de produção de comida e do fomento da cultura de castanha de caju.
Nessa linha, a par do que aconteceu noutros distritos, o Governo provincial, através da Direcção Provincial de Agricultura, providencia as comunidades, em troca dum valor simbólico, sementes de várias culturas no âmbito de promoção de desenvolvimento agrícola. Foi nesse pacote que as comunidades foram vendidas as mudas de cajueiro. Contudo, a partir de 2019, os Conselhos Consultivos incluíram, na lista das suas prioridades, o fomento da cultura de caju e no quadro dos 2.75% vão receber as mudas gratuitamente. Para este ano foram solicitados 15 mil mudas de caju para todo Posto Administrativo de Namanhumbir.
Sobre os critérios de selecção de projectos, o nosso entrevistado diz que, ao nível do distrito existe um conselho técnico que trabalha em parceria com a Direcção Provincial de Economia e Finanças na avaliação das necessidades da população e tendo em conta o valor disponível, elege-se o que é materializável. O grupo procura ir sempre de acordo com aquilo que foram os levantamentos das comunidades.
O SP reconheceu que há más interpretações dos processos da parte das comunidades devido ao ruído na comunicação.
"Dos encontros que temos tido com as comunidades sentimos que as nossas mensagens não chegam devidamente aos destinatários. Os membros dos Conselhos Consultivos não fazem devidamente a réplica daquilo que acordamos nas nossas reuniões. É uma fragilidade própria de experiências novas. Estamos todos a aprender e com o tempo vamos superar", encorajou.
Por exemplo, elucida, na aldeia de Nanhupo, a comunidade pediu mercado, mas escolheu um lugar que, nós como Governo, achamos que não era ideal por estar à beira da estrada. Sentimos que ao instalar o mercado no local escolhido teríamos que gerir outros problemas no futuro que são de mortes por acidente de viação. Construímos noutro local que achamos que é mais seguro. Trata-se duma zona que vai ser construído o novo bairro de reassentamento bem como a nova sede do Posto Administrativo. Infelizmente foi detectado um erro de construção, mas que está a ser corrigido. Logo que as obras terminarem vamos sentar com as comunidades e explicar sobre as vantagens do mercado estar naquela local. Portanto, a resistência de não se ocupar o mercado será superado.
Quanto as queixas relacionados com a usurpação das machambas, Ermelindo João Augusto referiu que é uma inquietação que é do conhecimento do Governo distrital e até provincial.
Sublinhou que, ao nível distrital, foi criado uma equipa multissectorial que, sob coordenação dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE), está a trabalhar no assunto.
De acordo com o SP, as comunidades foram indemnizadas segundo o estabelecido na lei, mas as pessoas queriam mais.
Para além da Montepuez Ruby Mining (MRM) que já está a operar plenamente, também há outras empresas que estão a se preparar para iniciar a exploração de minérios no distrito. Estudos cartográficos indicam que grande parte do território de Namanhumbir possui jazigos de minérios e isso vai obrigar que o Governo encontre soluções para a agricultura e pastagem de gado porque, a produção de comida é uma das grandes prioridades.
Sublinhou que a questão de emprego também inquieta o seu executivo. A indústria mineira é complexa. Portanto, exige recursos humanos qualificados que ao nível local não existem. Logo as empresas só podem recrutar pessoas de outros lugares. Contudo, para aqueles trabalhos que não exigem nenhuma qualificação técnica, a prioridade é para os locais.
Para tal, conta o dirigente, encarregamos as lideranças locais para liderar o processo de recrutamento da mão-de-obra.
Com muita tristeza temos recebido informações de que alguns líderes não estão a ser sérios. Cobram dinheiro para facilitar a contratação. Identificamos alguns e tomamos medidas. Sentimos que estamos num bom caminho.

Relacão com a sociedade civil

Ermelindo João Augusto classifica a relação entre o Governo e a as organizações da Sociedade Civil (OSC) como sendo positiva, na medida em que cada uma das partes complementa a outra.
Destacou as acções da AENA referindo que, devido a pressão que o Governo tem, por vezes deixa escapar algumas coisas. É aí onde a SC entra para tapar essas lacunas, mas sem fugir daquilo que são as suas atribuições estabelecidas na lei.
Por exemplo, a SC ajuda o Governo na revitalização, formação e capacitação dos membros dos CGRN.
Isso permitiu que os CGRN, que são constituídos por membros das comunidades, adquirissem habilidades que lhes permite conhecer seus direitos e deveres, participar na tomada de decisões sobre o uso.

Sinais encorajadores

Domingos Ossufo, Oficial de Projectos da AENA, em Cabo Delgado, contou que a sua organização está a trabalhar na capacitação das comunidades no sentido de dotá-las de capacidades para a monitoria das actividades resultantes dos 2.75%.
Segundo Ossufo, a AENA, que está em Montepuez, mais concretamente em Namanhumbir, desde 2017, trabalha na revitalização dos CGRN, educação das comunidades sobre a legislação entre outras actividades que visam empoderar os membros das comunidades de capacidades técnicas para poder exigir seus direitos.
Dois anos depois do início do projecto, Ossufo sente que há progressos e a intervenção da AENA valeu apenas.
Exemplificando, o nosso entrevistado referiu que em 2017, a população de Namanhumbir não tinha conhecimento sobre o fluxo do fundo dos 2.75%, para que serve, qual é que deve ser a sua participação no uso do valor, a diferença entre os projectos resultantes da responsabilidade social das empresas, do Estado no capítulo de investimentos em infraestruturas sociais e dos 2.75%.
"Hoje, com muita alegria, podemos dizer que a população já sabe que da exploração dos seus recursos tem direito a uma parte das receitas que são canalizadas ao Estado. Também sabe que sobre esse valor, também têm direito de escolher as suas prioridades. Antes, podia-se abrir um furo de água e tudo terminava por aí, hoje não, o Governo é obrigado a explicar de onde vem o furo. Se é da responsabilidade social da empresa, ou é do Orçamento de Estado ou é dos 2.75%", vangloriou-se.
Enfatizou que ao nível governamental conseguiu-se melhorar o nível de comunicação com as comunidades e nota-se mais abertura entre as partes.
"Antes sentíamos que as relações entre o Governo e a população não eram num nível desejável. Não porque as partes eram inimigas, mas o ruído resultava das falhas de comunicação e isso crispava as relações entre as partes. Hoje, o Governo olha para as exigências da população como um direito que lhes assiste. Mesmo que não consiga resolver as preocupações, através do diálogo alcança-se consensos. Para nós como AENA representa um grande ganho", frisou.
Revelou-nos que a sua organização revitalizou seis CGRN em seis aldeias de Namanhumbir.
Apesar dos ganhos acima descritos, Domingos Ossufo sente que ainda há muitos desafios pela frente e com a expansão da actividade mineira, o número de afectados também cresce, o volume de queixas também aumenta assim como o nível de pressão ao próprio Governo.
AENA com sede em Nampula e, está representada nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Zambézia e Maputo.

CONTACTOS:

Cell: +258 26217939
E-mail: aena@aena-mz.org
Twitter: @aena-moz
Instagram: @aena-mz
Facebook: aena.mz

NAMPULA - MOÇAMBIQUE

Iniciativa:

Associação Nacional de Extensão Rural
AENA

Cooperação & Financiamento:

COUNTERPART INTERNATIONAL | USAID FROM THE AMERICAN PEOPLE | WE EFFECT | agir PROGRAMA DE ACÇÕES PARA UMA GOVERNAÇÃO INCLUSIVA E RESPONSÁVEL | Suecia Sverige

Ficha Técnica:

Jordão Matimula Jr.
Cargo: Director Executivo
E-mail: matimulajunior@aena-mz.org
Cell: +258 846632961

Roberto dos Santos
Cargo: Focal Point da AENA
E-mail: roberto.santos@aena-mz.org
Cell: +258 848512210

Abdul Jahapo
Cargo: Assistente de Projecto
E-mail: abdul.jahapo@aena-mz.org
Cell: +258 848446596 / 86 5662659

Domingos Ossufo Esquadro
Cargo: Oficial de Recursos Naturais e Extensão Rural
E-mail: domingos.ossufo@aena-mz.org
Cell: +258 848446596 / 86 5662659

Danilo de Sousa
Cargo: Assistente de Informação & Comunicação
E-mail: danilo.sousa@aena-mz.org
Cell: +258 848540108

Apoio:

Raúl Senda
Cargo: Jornalista (SAVANA)
E-mail: raul.senda@gmail.com
Cell: +258 820131760

As opiniões e posicionamentos registados neste espaço não reflectem necessariamente as posições dos nossos parceiros de cooperação e financiamento.